



Muito além de um nome: a educação TRANSforma vidas

Maxuel da Silva Cabral

INTRODUÇÃO

Mais uma segunda-feira fria de julho. São 6:10 e Renato já está embromando na cama há mais de 10 minutos. Com o corpo doído, por ter passado todo o final de semana deitado no escuro, trancado naquele quarto, bem diferente do que ele tinha na casa dos seus pais, ele se pergunta: preciso mesmo ir pra escola enfrentar todas aquelas pessoas? Pensa em fingir que perdeu a hora, mas logo em seguida decide se levantar pois não poderia dar mais este desgosto para sua avó. Sem ânimo, levanta-se, joga uma água na cara, escova os dentes e coloca aquele mesmo moletom largo que esconde todo seu corpo, porque tem capuz e o faz se sentir mais protegido dos olhares perversos do dia a dia. Respira fundo, passa apressado pela cozinha, pega um pedaço de pão dormido que estava sobre a mesa, pra não ter que ficar ouvindo piadinhas de outros estudantes na fila do refeitório e corre pra pegar o ônibus, onde começa sua primeira batalha do dia.

Às 06:35, do outro lado da cidade, Marcela termina de tomar seu café da manhã, pega suas bolsas e procura a chave do carro, que ela nunca lembra onde colocou. Está angustiada. Mais uma semana se inicia e ela ainda não conseguiu se reunir com a equipe diretiva da escola para conversar sobre a situação de alguns alunos, mas está decidida que alguma atitude precisa ser tomada, pois o problema está virando uma bola de neve.

Logo que chega à escola Marcela avista, sentado encolhido num canto do pátio, afastado dos outros alunos, Renato. Aquela cena lhe enche de tristeza, provoca taquicardia e dá um nó na garganta. Isso só confirma aqueles pensamentos que tiraram sua paz no final de semana. Algo precisa ser feito com urgência.

MARCELA

Marcela nasceu, em 1982, numa pequena cidade no interior do Estado do Rio de Janeiro e foi criada em uma família tradicional e religiosa. Seus pais sempre foram muito pobres e Marcela viu sua família passar por dificuldades financeiras durante toda a infância. Era a irmã caçula, dos três filhos de Sr. João e dona Edith. De origem humilde, desde pequena se sentiu reprimida por questões religiosas impostas na sua criação e, logo cedo, devido a sua classe social, descobriu que o mundo não é um lugar justo e que a sociedade, na maioria das vezes não é acolhedora, muito pelo contrário, é preconceituosa e seletiva.

Foi a primeira pessoa de sua família a concluir o ensino superior. Muito nova aprendeu que a vida era difícil e que seria mais difícil ainda se não estudasse.

Por ser uma criança diferente, retraída e de família pobre, Marcela passou por vários tipos de humilhação e agressões que alguns jovens costumam passar. Além de lidar com os conflitos pessoais, com os conflitos relacionados a sua criação religiosa e com a falta de apoio em casa, já que a própria família achava que ela se dedicava demais aos estudos enquanto deveria estar aprendendo a trabalhar e procurando fazer algo que desse dinheiro, Marcela ainda sofria discriminação e preconceito na escola.

Passou sua infância e adolescência reprimida e se sentindo errada por enxergar nos estudos a única forma de mudar sua realidade e por não conseguir se encaixar naquilo que as pessoas esperavam dela, uma vez que seus dois irmãos, ainda adolescentes, conseguiram arranjar emprego.



Marcela sempre teve interesse e participou de ações sociais, tanto da igreja que a família frequentava, como de outras instituições, visto que ajudar o próximo confortava seu coração e lhe trazia uma sensação de dever cumprido enquanto ser humano.

Sempre crítica, no final de sua adolescência Marcela se afastou da igreja, uma vez que começou a questionar a doutrina e várias outras coisas que aconteciam dentro da instituição. Por não concordar com algumas atitudes e não conseguir se fazer escutar, achou melhor se manter afastada dos trabalhos pastorais.

Quando terminou o ensino médio e precisava decidir que profissão gostaria de ter, Marcela teve várias dúvidas. A primeira foi: conseguiria mesmo passar no vestibular e cursar a tão sonhada faculdade? E ainda: Qual curso escolher? Pois a única certeza que tinha era que gostaria de ter uma profissão que pudesse fazer a diferença na vida das pessoas. Pensou em ser Assistente Social, mas também teve dúvida se deveria ser Psicóloga ou Advogada.

Fazendo uma reflexão, buscando em sua mente, tentando se lembrar das pessoas que fizeram diferença em sua vida, Marcela chegou a uma decisão: a profissão escolhida era o magistério. Tudo bem... Mas as dúvidas continuaram: Seria professora de que disciplina? Para Marcela a área que ela iria escolher para lecionar, sinceramente, não era o que mais importava, uma vez que o objetivo dela era ter contato e tentar semear coisas boas para transformar a realidade dos seus alunos. Então, escolheu História, pois era a área que mais se identificava quando estudava.

Desde quando se formou e foi aprovada em concurso público Marcela nunca se desviou de seus objetivos e sempre mostrava aos alunos o quanto se preocupava com a vida deles, muito além das aulas de História.

Enquanto professora, Marcela sempre teve muita sensibilidade e sempre estava atenta para evitar que algum aluno sofresse discriminação ou bullying. Também sempre defendeu a

diversidade e reprimia qualquer discurso de ódio, preconceito ou de violência contra qualquer grupo.

Ocorre que de um tempo para cá, Marcela se deparou com uma situação que nem ela sabia ao certo como lidar.

COMO TUDO COMEÇOU

Marcela, professora de escola pública no interior do Estado do Rio de Janeiro, sempre se preocupou com a vida de seus alunos por ter consciência de que a realidade em que vivem interfere diretamente no rendimento escolar deles. Durante seus anos de magistério, sempre presenciou o drama de crianças LGBTQIA+ e a dificuldade de relacionamento destas tanto com os professores, funcionários e alunos, quanto com a aceitação de seus familiares e da sociedade.

Nos últimos tempos, Marcela se deparou com uma situação que não soube como lidar. A professora presenciou questões mais complexas, que envolviam uma mudança de paradigma e de comportamento por parte dos professores, alunos e funcionários da escola onde trabalha.

Marcela deu aulas para a turma de Renato, desde quando ele entrou na escola, no 6º ano. Renato sempre foi uma criança extrovertida, alegre, que fazia amizade com todos da classe e do colégio.

Apesar de Renato apresentar comportamentos que não eram “próprios de meninos”, isso nunca pareceu ser um problema para ele ou para a turma. Uma “piadinha” aqui, outra ali, mas a convivência era harmônica e pacífica.

Após todos estes anos de convivência, Marcela conhece bem seus alunos e, há algum tempo, percebeu uma mudança drástica no comportamento de Renato, que agora está quase concluindo o ensino médio.

Aquele aluno divertido e brincalhão já não existia mais e deu lugar a um adolescente triste, sem brilho nos olhos e que evitava ao máximo ter que falar em sala. Sabendo que adolescentes passam por certas mudanças de comportamento,



Marcela se limitou a perguntar se Renato estava bem.

- Tá tudo bem sim, tia. Foi o máximo que ela conseguiu tirar dele, e assim mesmo se esforçando para ouvir, mesmo estando ao lado de sua carteira.

Certa vez, aproveitou a oportunidade que Renato havia ido ao banheiro e questionou a turma se eles sabiam o que estava acontecendo com o rapaz, mas eles disseram que não sabiam, pois ele não contava para ninguém.

Aquela resposta deixou Marcela mais preocupada ainda. O que poderia estar acontecendo de tão grave que nem os melhores amigos de Renato sabiam? Por que ele mudou tanto? Por que ele não quer mais falar em sala?

Angustiado, tentou novamente descobrir o que estava acontecendo. Desta vez, abordou Renato em um dos corredores da escola, o abraçou colocando o braço por cima de seus ombros e perguntou:

- Está mesmo tudo bem, meu filho? Você está precisando de ajuda? Sabe que pode contar comigo, né?

- Sei sim, tia. Vai ficar tudo bem.

Foi o máximo que conseguiu. Ao menos, desta vez, o aluno esboçou um sorrisinho que, mesmo sendo sem graça, fazia tempo que não aparecia naquele rosto.

Os dias se passaram... Marcela sempre atenta ao comportamento de Renato, que continuava praticamente o mesmo, tirando o fato de que, às vezes, antes de ela sair de sala, ele levantava os olhos e esboçava um sorrisinho para ela.

Até que a informação tão esperada veio de uma forma inesperada. Apareceu durante uma dinâmica em sala, onde os alunos deveriam contar seus sonhos e seus desejos para o futuro. Ao ser indagado se gostaria de ler sua resposta e contar seus sonhos para a turma, Renato se negou como sempre fazia, mas desta vez completou: - Depois eu mostro só pra você.

Marcela ainda durante a dinâmica, andando pela sala, se dirigiu até a mesa de Renato para ver se conseguia ler algo e lá estava, apenas uma frase, mas que pegou a professora desprevenida: Meu sonho é ter 18 anos para fazer minha transição.

Vários pensamentos passaram pela cabeça da professora. Então era isso que estava tirando toda a alegria de Renato? Ele sabe o que está dizendo? E a família dele, sabe disso?

Então, assim que terminou a dinâmica, Marcela liberou a turma e pediu para Renato continuar em sala, pois precisava conversar com ele.

- É verdade aquilo que escreveu? Você tem este sonho? Perguntou delicadamente.

- É sim, tia! Eu sou trans. Me identifique como Luiza. Respondeu baixinho.

- E seus pais? O que dizem sobre isso? Continuou indagando a professora, com voz serena, demonstrando sua preocupação.

- Não moro mais com meus pais. Fui expulsa de casa quando eles souberam. Tô morando com minha avó.

Aquilo tudo deixou Marcela desconcertada. Precisava arranjar um jeito de ajudar aquele aluno. Aluno? E agora, como deveria se referir a ele? Ele? Era muita informação. Sem saber direito o que dizer, falou pro aluno ficar calmo que iria tentar ajudá-lo.

Saiu dali e, imediatamente, foi procurar Júlio, outro professor que também conhecia Renato desde pequeno e já havia demonstrado preocupação com o comportamento dele nos últimos tempos. Contou toda a situação para o professor que também ficou sem saber como proceder. E agora, o que fazer para ajudar Renato? Só sabiam que alguma atitude deveria ser tomada, mas não sabiam exatamente qual. Então decidiram que iriam levar a situação ao conhecimento dos outros professores para tentarem encontrar uma solução juntos.

Porém, tamanha foi a surpresa deles com a reação de alguns professores que afirmaram



tratar de uma pouca vergonha, de “coisa de adolescente”, riram e debocharam da situação com frases do tipo: “Ser gay tudo bem, mas querer mudar de nome já é demais.” “Era só o que faltava!” “Este mundo está acabando!”

Naquele momento Marcela e Júlio perceberam que a situação era mais complicada do que parecia, pois, apesar de saberem que precisavam encontrar uma solução e, depois disso tudo, já terem realizado pesquisas sobre o tema, ainda tinham muitas dúvidas em relação às pessoas transgênero, às questões de orientação sexual e identidade de gênero e, principalmente, dúvidas de como a escola deveria proceder para não provocar mais traumas na vida daquela aluna.

Em outras conversas com Luiza, Marcela ficou sabendo das dificuldades encontradas pela aluna, inclusive para atividades que antes pareciam simples, como, por exemplo, usar o banheiro, já que os meninos a agrediam física e psicologicamente e as meninas ficavam desconfortáveis com sua presença.

Luiza relatou outro fator que a incomodava muito e que, apesar de parecer bobo para as outras pessoas, não era nada confortável para ela, que era continuar sendo tratada pelo pronome masculino e chamada pelo nome de registro que estava no diário de classe. A aluna disse que alguns professores simplesmente se recusam a tratá-la pelo nome social.

Marcela não conseguiu ficar sem se envolver com essas questões que, talvez por falta de conhecimento, são tratadas pelos alunos e até por professores e funcionários sem a atenção que merece. Marcela já pediu ajuda de outros professores para lidar com a situação e já conversou com vários alunos sobre respeito e diversidade, porém sente que o caso exige um posicionamento oficial da escola, inclusive em relação a forma mais adequada de informar seus servidores e de lidar com a situação, em respeito à dignidade da pessoa humana.

A professora sabe que a situação não é simples e exige muito cuidado já que, apesar de

atualmente Luiza ser maior de idade, também envolve o relacionamento da aluna com a família dela.

Toda esta história ainda despertou outros questionamentos em Marcela, que procurou Júlio para conversar:

- Será que existem outros jovens na escola que passam pela mesma situação que Luiza? Questionou a professora.

- Na escola eu não sei, respondeu Júlio. Mas e na comunidade? Como os jovens iguais a Luiza lidam com os problemas que ela está enfrentando? Completou.

Os professores, ainda cheios de dúvidas, mas com uma enorme vontade de ajudar, estão pensando em promover um Seminário que aborde questões de sexualidade e identidade de gênero, para que cada vez mais pessoas da comunidade escolar tenham acesso a essas informações diminuindo, assim, a discriminação e o preconceito. Estão pensando, ainda, como podem desenvolver um projeto de conscientização e de acolhida que ultrapasse os muros da escola, para atender os jovens de toda a comunidade.

Marcela pesquisou e descobriu que existem vários empreendimentos sociais que ajudam e acolhem pessoas LGBTQIA+ que passam por situações de violência e abandono... mas como fazer para ter acesso aos benefícios e orientações que estes projetos podem fornecer?

Marcela se sentiu pressionada a tomar uma decisão mais incisiva quando se deparou com o caso de Luiza, mas tem consciência e pondera sobre a aceitação de seus argumentos, seus questionamentos e sobre os possíveis impactos em sua carreira, considerando o conservadorismo típico de cidades do interior.

Então, podemos perceber que, como Marcela concluiu, realmente o caso em questão não é uma situação simples. Assim, ficam alguns questionamentos: Fazer um Seminário para discutir este tema no ambiente escolar seria mesmo o melhor caminho a ser seguido? Como



podemos mostrar para a comunidade escolar a necessidade de respeitar a diversidade? Quais as vantagens da atitude de Marcela em relação ao caso de Luiza? Existem desvantagens? E a ideia do projeto de conscientização que ultrapasse os muros da escola, seria viável?

Marcela poderia continuar tratando o caso apenas agindo conforme suas convicções pessoais, mas achou importante e fundamental lutar para que o direito da aluna transgênero seja respeitado e que a escola não ignore e se posicione em relação a tal realidade. Quais atitudes poderiam ser tomadas pela instituição de ensino?

Notas de Ensino

- **Resumo:**

O presente estudo de caso é ambientado numa escola pública estadual do interior do Estado do Rio. As violências sofridas por uma aluna LGBTQIA+ (Luiza) são amplamente comuns nos espaços de Educação Básica em todo o nosso país, culminando em um processo de exclusão cíclico e brutal, reproduzido pela comunidade escolar de forma geral.

No caso em questão, entre as violências sofridas, foi negada à aluna a utilização do nome social. O nome social é nome de tratamento escolhido por pessoas trans e travestis em oposição àquele registrado em seus documentos e certidão de nascimento. Além disso, a aluna não conseguia mais realizar atividades até então simples, como, por exemplo, ir ao banheiro, já que os meninos a agrediam física e psicologicamente e as meninas ficavam desconfortáveis com sua presença.

Percebendo todo o drama vivido pela aluna, uma professora (Marcela) tenta ajudá-la e pede auxílio aos outros professores para, entre outras coisas, conscientizar a comunidade escolar sobre a necessidade de se respeitar a diversidade. Após ter conhecimento do caso de Luiza, a professora se questiona como outros jovens lidam com as situações que a aluna está enfrentando e procura apoio para desenvolver um projeto de conscientização e de acolhida que ultrapasse os muros da escola, para atender os jovens de toda a comunidade, ao mesmo tempo em que busca informações para ter acesso aos benefícios e orientações que os empreendimentos sociais que ajudam e acolhem pessoas LGBTQIA+, que passam por situações de violência e abandono, podem fornecer.

O processo de exclusão vivido por Luiza e pelos demais alunos LGBTQIA+ durante o Ensino Médio, descreve o impacto da violência no processo educacional destes jovens.

Nesse sentido, cabe perguntar: Quais papéis a educação desempenha para a manutenção de estruturas excludentes? Como a escola pode se transformar em um espaço de inclusão, defesa e garantia de direitos para pessoas trans?

- **Palavras-chave:**

empreendimento e diversidade social; práticas e processos de gestão; empreendimento social; impacto social; aprendizagem vivencial de Kolb.

- **Objetivos de aprendizagem:**

- Identificar e analisar iniciativas de empreendedorismo social, bem como seus impactos para a sociedade.



- Propor e implementar soluções para problemas organizacionais de diferentes níveis de complexidade

- **Utilização recomendada:**

Recomendado para desenvolvimento na unidade temática Empreendedorismo Social, proposta na Matriz Curricular do componente Empreendedorismo, durante o primeiro bimestre letivo, em turmas do 2º ano do ensino médio.

- **Fontes de obtenção dos dados do caso:**

Caso fictício baseado em relatos e vivências de professores da rede de ensino estadual.

- **Relevância dos tópicos:**

O caso “*Muito além de um nome: a educação TRANSforma vidas*” se mostra oportuno por, além de focar um tema tão atual e cada vez mais frequente em nossas escolas, propiciar atividades correlacionadas aos tópicos de aprendizagem propostos na matriz curricular do componente empreendedorismo, podendo ser utilizadas em qualquer escola da rede de ensino, com as devidas adaptações às realidades e recursos de cada unidade. Segundo a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (ABLGBT), dos 1016 jovens ouvidos em uma pesquisa realizada pela instituição, 55% disseram ter ouvido algo negativo relacionado a pessoas Trans no ambiente escolar e 45% afirmam que não se sentem seguros devido a sua identidade de gênero. Uma pesquisa realizada pelo defensor público João Paulo Carvalho Dias, que é presidente

da Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil, revela que o país concentra 82% da evasão escolar de travestis e transgêneros.

Infelizmente, os dados citados também podem ser usados para explicar outro problema bem sério: a evasão escolar. Como é de imaginar, tanta hostilidade faz com que muitas pessoas trans abandonem a escola ainda na educação básica.

- **Questões para discussão:**

O dilema

Apesar de anos de experiência docente, a professora Marcela se viu inserida numa situação completamente nova e complexa:

a) Apesar de se sentir pressionada a exigir da escola um posicionamento respeitoso e acolhedor em relação à aluna trans, Marcela sabe que trabalha numa escola do interior e pondera sobre a aceitação de seus questionamentos e sobre os possíveis impactos em sua carreira. Como agir?

b) Marcela deveria apenas continuar “fazendo a sua parte” e agindo conforme suas convicções pessoais? Ou realmente deveria enfrentar o preconceito dos outros professores e lutar para que o direito da aluna transgênero seja respeitado e que a escola não ignore e se posicione em relação a tal realidade?

As questões gerais

1) Violência e exclusão no ambiente escolar. O caso de Luiza é um caso isolado? Afinal, qual o papel da Educação em casos assim?

2) Qual a importância da realização, na escola, de um trabalho de conscientização de que é preciso respeitar as diferenças? Este trabalho atinge a sociedade? Gera valor social?



3) Diversidade e discriminação: respeitar é preciso. Quais atitudes poderiam ser tomadas pela instituição de ensino no caso de Luiza?

A análise do Caso e dinâmica de discussão

Uma boa questão de abertura para a discussão do caso poderia ser: **“Somos todos iguais?”**. A ideia é despertar nos alunos a empatia para que possam se colocar, inicialmente, no lugar de Luiza, pensando em como reagiriam se estivessem no lugar dela e, posteriormente, refletirem sobre qual deve ser o papel da escola em situações de violência e exclusão.

O próprio caso, ao mencionar as angústias e os questionamentos de Marcela diante de toda a situação, já aponta possíveis alternativas para amenizar/solucionar os problemas enfrentados pela aluna transgênero.

Antes de abordar as alternativas, o professor mediador pode provocar o seguinte questionamento: “O que esse caso tem a ver com Empreendedorismo?”. A ideia é evidenciar que, como já trabalhado anteriormente, *ser empreendedor é muito mais do que ser empresário*. Relembrar com a turma as características empreendedoras e os diferentes tipos de empreendedorismo, destacando que ao proporem soluções para o caso, buscando, por exemplo, resolverem problemas organizacionais da escola, estarão trabalhando conceitos de Empreendedorismo.

O professor pode reforçar o entendimento de que a missão da escola é, além de propiciar um ambiente que tem função social, buscar desenvolver o pensamento crítico dos alunos, fazendo-os pensar fora da caixa e reconhecer que várias situações cotidianas não podem ser simplesmente divididas em “certas ou erradas”.

As informações ao longo do caso fornecem pistas sobre as possíveis soluções para os problemas levantados. Delineado esse

contexto, o professor pode provocar uma discussão sobre **“O que significa gerar valor para a sociedade?”**.

Questão 1: Violência e exclusão no ambiente escolar. O caso de Luiza é um caso isolado? Afinal, qual o papel da Educação em casos assim?

Para se responder a essa questão é preciso levar os alunos a refletirem sobre os inúmeros casos de violência e exclusão que acontecem no ambiente escolar, levando o foco da discussão para a violência sofrida pelos alunos transgêneros. É importante frisar que o caso de Luiza não é isolado e que a história dela e da professora Marcela é apenas um exemplo de várias situações de violência e preconceito que ocorrem no ambiente escolar. Existem relatos de transfobia em suas mais diversas formas:

- preconceito velado, agressão verbal, física e sexual por parte de colegas, professores e funcionários;
- ameaças de agressão por escrito;
- ameaças de expulsão da escola por parte de funcionários;
- exclusão social;
- silenciamento de agressões verbais e físicas por parte de professores e funcionários;
- desrespeito ao nome social e ao uso do banheiro de acordo com o gênero;
- desrespeito, deslegitimação e a falta de reconhecimento das identidades de gênero das pessoas transgênero;

Conclui-se, desta forma, que a escola que deveria ser um local de acolhimento e respeito à diversidade, normalmente é um ambiente hostil para a população transgênero que sofre preconceitos e/ou violências, bem como tem direitos fundamentais negados.

Como afirma Richartz e Santana “até quem deveria educar para a diversidade (professores, supervisores, coordenadores pedagógicos, diretores) também compartilham da heteronormatividade”. (RICHARTZ; SANTANA, 2012, p. 5)



A transfobia na escola traz consequências graves ao desenvolvimento dos alunos, tanto cognitivamente, apresentando dificuldades de aprendizagem, como também psicologicamente, devido à “perda de autoestima e autoconfiança, retraimento, dificuldade de concentração, absenteísmo escolar, fobia da escola, sentimentos de culpa e vergonha, depressão, ansiedade, medo de estabelecer relações com estranhos, levando em alguns casos à tentativas de suicídio”. (GARCIA, 2009 apud RICHARTZ; SANTANA, 2012, p. 5).

Após estas informações e reflexões, fica o questionamento: Afinal, qual o papel da Educação em casos assim?

Se a escola deseja ter uma visão integrada das experiências vividas pelos alunos, buscando desenvolver o prazer pelo conhecimento, é necessário reconhecer que desempenha um papel importante na educação para uma sexualidade ligada à vida, à saúde, ao prazer e ao bem-estar e que englobe as diversas dimensões do ser humano.

A escola, por meio de ações críticas e reflexivas, tem a função de proporcionar aos alunos informações educacionais, para que eles se tornem cidadãos e façam a diferença na sociedade.

É imperioso salientar a necessidade de capacitação de profissionais a fim de que estejam preparados para lidarem com situações relacionadas a este tipo de conflito no ambiente escolar, oferecendo apoio e prevenção para as situações discriminatórias.

A base da Educação deve ser o respeito à diversidade humana visando o bem estar de todos.

Questão 2: Qual a importância da realização, na escola, de um trabalho de conscientização de que é preciso respeitar as diferenças? Este trabalho atinge a sociedade? Gera valor social?

O ambiente escolar é considerado um dos principais lugares de construção dos

saberes da criança, incluindo de identidade e, conseqüentemente, é um dos primeiros lugares em que a criança se depara com as diferenças, principalmente as de gênero. É muito importante que haja o desenvolvimento de uma consciência crítica e de práticas pautadas pelo respeito à diversidade e aos direitos humanos. Porém, por outro lado, não podemos esquecer que a escola faz parte da sociedade em que vivemos. E, portanto, nela existem todos os preconceitos e discriminação presentes nos outros lugares da sociedade.

Ao tratar de tema associado a tão grande multiplicidade de valores, a escola precisa estar consciente da necessidade de abrir um espaço para reflexão como parte do processo de formação permanente de todos os envolvidos no processo educativo.

Será por meio do diálogo, da reflexão e da possibilidade de reconstruir as informações, pautando-se sempre pelo respeito a si próprio e ao outro, que o aluno conseguirá transformar, ou reafirmar, concepções e princípios, construindo de maneira significativa seu próprio código de valores.

Sem dúvidas um trabalho de conscientização a ser desenvolvido pela escola é de extrema importância e atinge a toda a sociedade, uma vez que os alunos passam a ser multiplicadores do conhecimento.

O papel social do professor, neste caso, é discorrer sobre intolerância, preconceito e transfobia, falar abertamente sobre os conceitos e mostrar boa argumentação sem ofender os que cometem tal crime. Assim, será possível barrar não apenas a discriminação, como também, fazer as pessoas que cometem hostilidades perceberem o quanto são ideologicamente conduzidas ao reproduzirem o que a própria sociedade reproduz e a partir daí sensibilizar os alunos ao caminho da tolerância e do respeito mútuo.

É importante que este tema esteja na escola, passando pela formação essencial dos docentes e até pelos materiais educativos.



Falar sobre identidade de gênero e orientação sexual é parte da construção do respeito à diferença.

A educação tem sido, comprovadamente, o caminho mais acertado para combater o preconceito. Ao conscientizar os alunos sobre a necessidade de serem tolerantes e respeitarem a diversidade, inclusive a diversidade de gênero, gera-se valor para os estudantes, para a escola e, conseqüentemente, para a sociedade.

Questão 3: Diversidade e discriminação: respeitar é preciso. Quais atitudes poderiam ser tomadas pela instituição de ensino no caso de Luiza?

Respeitar é preciso, principalmente no ambiente escolar. É fundamental entender que a escola deve ser um lugar onde os alunos se sintam seguros, acolhidos e consigam se desenvolver. A instituição de ensino deve promover atitudes positivas referentes às diferenças, propiciando um ambiente saudável, possibilitando o diálogo através de uma comunicação aberta e agindo com firmeza e calma diante de situações discriminatórias.

O respeito à diversidade é também uma forma de promover inclusão das pessoas em determinado grupo social, uma vez que o respeito é fundamental como forma de permitir e aceitar o outro.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a escola tem o papel de formar cidadãos socialmente conscientes e aptos para convívio em sociedade. Muitas pessoas acreditam que o espaço escolar é formador de homens e mulheres, e que seus conceitos e definições de gênero são bem esclarecidos (BRASIL, 1996). No entanto, é questionável se isso é, de fato, tão claro quanto muitos apontam.

Quando a escola se depara com um caso de agressão por motivação de preconceito, nem sempre age de maneira adequada. Muitas vezes há um despreparo dos profissionais que não sabem o que fazer diante de algumas situações, como por exemplo, quando uma aluna trans quer

utilizar o banheiro correspondente à sua identidade de gênero e é impedida, ou quando lhe é negado o direito ao uso do nome social.

Sem dúvidas, é primordial que a escola respeite o direito de Luiza ao uso do nome social e construa ou disponibilize um banheiro neutro para ser utilizado por ela, porém a escola deve ir muito além disso. Os gestores e os docentes através do projeto político pedagógico (PPP) precisam colocar em prática políticas pedagógicas adequadas para construir uma educação libertadora. A escola então, além de repassar conteúdos, fica responsável em formar cidadãos que aceitem a diversidade e a pluralidade. A educação deve ser emancipatória.

A escola precisa informar e capacitar professores e funcionários. Uma grande parte da população tem dificuldade em diferenciar identidade de gênero de orientação sexual, isso porque confundem os próprios conceitos de gênero e sexo.

O termo identidade de gênero refere-se a algo interno, a forma como a pessoa se identifica. É algo que independe da opinião social ou da definição biológica. O sexo biológico está associado aos cromossomos sexuais (X e Y), aos órgãos genitais (internos e externos) e até mesmo aos hormônios sexuais (estrógeno, progesterona e testosterona), estando também relacionado à capacidade reprodutiva do indivíduo. A identidade de gênero vai além, pois inclui pessoas que se identificam com o sexo ao qual foram atribuídas ao nascer (pessoas cis) e as que não correspondem ao gênero originalmente dito, ou seja, pessoas trans.

A escola tem papel fundamental na formação de cidadãos, por ser um local com pessoas e ideias diferentes, é o ideal para acolher os mais variados debates. Tudo que foge ao “padrão” causa estranheza, por isso as pessoas tendem a reagir de forma negativa quando se deparam com situações em que tenham que lidar com o “não natural”. Quando o assunto é papel de gênero, o sexo biológico



tende a ser determinista. Assim, é indispensável que a escola ofereça espaços para que os alunos possam conversar, discutir, questionar saberes e proporcionar crescimento individual e coletivo, pois esse tipo de ação ajuda a formar pessoas com pensamento crítico, que enxergam realidades que vão além das suas. Isso facilita a criação de um ambiente que seja acolhedor a todos, permitindo que pessoas que antes eram marginalizadas, agora possam estudar e crescer.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo 3º, deixa claro: “Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”. Diante disso, torna-se necessário a capacitação dos profissionais para que possam discutir os questionamentos levantados acerca das sexualidades e dos papéis de gênero. Da mesma forma, a escola precisa estar preparada para acolher os alunos e suas expressões de gênero de maneira a permitir a permanência no ambiente escolar. É preciso auxiliar os professores para que estes possam ampliar os pensamentos, criando um espaço que abrace a diversidade, já que a escola é um ambiente primordial para a formação de indivíduos e seus valores. Silenciar debates e tratar esses assuntos como tabu é um erro reversível. Não é mais aceitável tratar a transexualidade como doença, erro, ou desvio de comportamento. Pelo contrário, a escola tem papel transformador, de promover a desconstrução de preconceitos. Apesar de um cenário de exclusão, as estratégias de enfrentamento são possíveis, mesmo ainda persistindo a atmosfera de resignação e conformação frente à discriminação presente nas práticas discursivas dos diversos sujeitos escolares. O conhecimento e devida abordagem dos temas relacionados à identidade de gênero, orientação sexual e suas mais diversas pluralidades é essencial para a normalização e acolhimento daqueles que fogem ao padrão heteronormativo binário. Especialmente na escola, onde a formação de valores e personalidade é tão fortemente

vivida, o entendimento acerca das diferenças pode acarretar em um ambiente diminuído de preconceitos e discriminação. Convém, ainda, que a escola informe aos alunos, professores e toda a comunidade escolar que três anos é o tempo de reclusão a que podem ser condenadas pessoas que cometerem a chamada LGBTfobia, que consiste em praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito em razão de orientação sexual ou identidade de gênero contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, pessoas trans e intersex. As condutas LGBTfóbicas, previstas no artigo 2º da Lei 7.716/1989, foram reconhecidas como criminosas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em junho de 2019.

A gestão democrática escolar implica na participação de todos os atores sociais, na busca de alternativas eficazes para combater a discriminação. Uma sociedade democrática começa com uma educação libertadora, pautada no respeito à diversidade e na pluralidade.

Trazer à baila a discussão sobre a diversidade sexual é sem dúvida, um desafio para a gestão escolar na atualidade. Finalmente, a cidadania das pessoas só pode ser garantida se lhes forem assegurados direitos básicos, como identidade, educação, lazer e segurança, bem como se seus sonhos e esperanças forem respeitados.

• Conclusão

Como pressupõe o método do estudo de caso, mais importante do que sugerir uma resposta certa, ou qual a atitude que deve ser adotada pela escola onde Marcela trabalha, é sugerir caminhos para que a discussão proporcione aos alunos uma oportunidade de aprendizado indutivo sobre o tema. Naturalmente, além das questões discutidas acima, outros tópicos serão trazidos pelos alunos. As possibilidades de fechamento do caso com a turma são muitas e é esse leque de possibilidades que torna o método do



estudo de caso tão rico para professores e alunos.

- REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Ministério da Educação, **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

PAULINI, Fernanda et al. **Abordagens sobre o ambiente escolar, os papéis de gênero e a transgeneridade: um referencial teórico**. disponível em: <https://s3.amazonaws.com/downloads.editoracientifica.com.br/articles/210504773.pdf>, acesso em 28/07/2022.

RICHARTZ, Terezinha; SANTANA, Zionel. **A heteronormatividade e o bullying**: análise das medidas educativas adotadas por supervisores escolares para coibir a homofobia praticada por alunos do Ensino Fundamental I. Disponível em: <https://docplayer.com.br/10062946-A-heteronormatividade-e-o-bullying.html> acesso em 28/07/2022.

A experiência de pessoas trans na Educação. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/conteudo-multimedia/detalhe/a-experiencia-das-pessoas-trans-e-travestis-na-educacao>, acesso em 03/07/2022.

A importância das discussões de gênero e sexualidade no ambiente escolar. Disponível em: <https://petpedagogia.ufba.br/importancia-das-discussoes-de-genero-e-sexualidade-no-ambiente-escolar>, acesso em 28/07/2022.

Evasão escolar entre travestis é bem maior. Disponível em: <https://flacso.org.br/2016/05/23/evasao-entre-travestis-e-bem-maior/>, acesso em 02/07/2022.

O empreendedorismo como alternativa para a comunidade Trans. Disponível em: <http://brazil.enactusglobal.org/wp-content/uploads/sites/2/2018/11/O-empendedorismo-como-alternativa-para-a-comunidade-Trans-94782.pdf>, acesso em 04/07/2022.